

Cartilha histórico-cultural dos municípios – uma proposta

Francisco José Alves*

A memória é um componente essencial na constituição das identidades individuais e coletivas. É pela reconstituição de uma memória que os indivíduos se reconhecem enquanto tais. Se perguntamos a alguém quem ele é, a pessoa irá me responder apresentando uma série de dados ou informações tirados do arquivo da memória pessoal. O mesmo ocorre com as coletividades. Nenhuma cidade, estado, região ou país existe sem o ingrediente da memória. Ela é o cimento que consolida as identidades grupais.

Cada coletividade escolhe no seu passado e no seu presente aqueles elementos a partir dos quais constitui a sua identidade, ou seja o perfil peculiar que o diferencia das demais. Vejamos um exemplo famoso e atual. A capital da Bahia, Salvador. A velha cidade se reconhece na figura do seu fundador Tomé de Souza e nos diversos eventos históricos que pontilharam a sua existência. Por outro lado Salvador identifica-se com alguns traços culturais do seu presente: as baianas, as festas religiosas, as comidas típicas, o carnaval. É impossível pensar a capital baiana sem evocar, imediatamente, estes elementos constituintes da identidade soteropolitana. Fato similar ocorre com qualquer cidade. Todas elas elegem alguns traços da sua cultura (passada ou presente) para constituir a sua identidade, seu perfil, seu rosto próprio.

O poder público, especialmente aqueles setores ligados à chamada política cultural, tem um papel crucial na constituição e continuidade das identidades coletivas, seja a nível da cidade, do município, do estado, da região, do país. Estes órgãos devem desempenhar o papel de *guardiões das identidades coletivas*, de promotores das culturais locais. Isto não implica, no entanto, em considerar as identidades coletivas como coisa petrificada, avessa às transformações do tempo. É preciso que haja um sábio equilíbrio entre o permanente e o que se renova.

No âmbito local, as prefeituras municipais têm uma função primordial. Cabe a elas fomentar e preservar o patrimônio cultural de cada município. A tarefa não é fácil pois, muitas vezes, a cultura termina por ser a prima pobre na partilha do orçamento municipal.

Outro desafio enfrentado pelos responsáveis pela cultura é a insensibilidade dos munícipes para com os problemas relativos ao patrimônio cultural. Como fazer com que o vigário rigorista veja a dança de São Gonçalo não enquanto uma manifestação primitiva e pagã, mas como legítima vivência do catolicismo popular? Como convencer os jovens a não depreedarem aquela casa antiga e em ruínas? O que fazer diante da relutância do professorado municipal em aceitar o folclore infantil como recurso pedagógico? São dificuldades

a serem sanadas, liquidadas. Caso contrário, órgãos culturais terão mera existência nominal... estão no papel mas não existem de fato, não atuam.

Uma tarefa indispensável na gestão da cultura dos municípios é, sem dúvida, o inventário. É preciso documentar o patrimônio existente. Reunir aqueles traços culturais próprios do município ou da região. É necessário levantar os dados e depois difundi-los entre a população alfabetizada. Os jovens estudantes devem ser o alvo predileto de tais ações, pois criarão uma nova mentalidade. Serão adultos com uma visão diferente sobre patrimônio cultural, sobre as “coisas da sua terra”. Uma festa popular, uma comida típica, uma igreja, uma cantiga, um artesanato etc. são riquezas coletivas. É preciso valorizar o local como uma herança recebida das gerações passadas.

Na linha de documentar e difundir o patrimônio cultural municipal é que faz-se oportuno a feitura e difusão de cartilhas histórico-culturais sobre cada município.

Falo de “cartilha” pois a palavra tem conotação escolar enquanto livro do aprendizado. Mas também escolho o termo graças ao significado registrado pelo filho ilustre das Alagoas, o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989) “Compêndio elementar ou rudimentar de arte, ciência, ou doutrina”. (FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 360) É neste sentido que proponho como título para estas monografias *Cartilha do Município*.

Tal cartilha deve ser fruto de um *levantamento cuidadoso da história municipal e do seu patrimônio cultural*. Há de ter linguagem simples, acessível a todos alfabetizados, sintética para não cansar os pouco afeitos à leitura e, se possível ilustrada com fotografias ou desenhos pois vivemos sob o império da imagem.

O levantamento dos dados a serem apresentados na *Cartilha* será realizado em fontes escritas ou da tradição oral. Tanto se pode valer dos livros já existentes quanto colher depoimentos entre os moradores mais velhos do município. Outros acervos a serem investigados são os arquivos das prefeituras, das câmaras municipais e dos cartórios existentes. Os livros manuscritos trazem material precioso para recuperar a memória municipal.

Tirando dados de qualquer fonte (impressa manuscrita, ou oral) é bom indicar com precisão a procedência do dado. De onde foi tirada tal e qual informação? Se for livro impresso é oportuno indicar autor, título da obra, a edição a cidade de onde foi publicado, a editora ou gráfica e o ano da publicação. Se o pesquisador valer-se de material tirado de jornal deve citar o autor da matéria (se tiver) o título da matéria, o jornal, a cidade, o dia, o mês e ano da publicação e, por fim, a página.



Quando valer-se de artigos de revistas deve consignar: o autor, o título do artigo, o nome da revista, a cidade onde a revista é publicada, o número, o volume, a página inicial e final do artigo, o mês e ano da publicação. Usando dados colhidos em depoimentos deve-se indicar o nome do informante, idade, profissão, escolaridade, o local e a data da coleta do depoimento. Quando extrair informações de livros manuscritos deve-se oferecer o título do livro, sua classificação no acervo, nome do acervo ou arquivo onde o livro está guardado. Seja como for, é indispensável *indicar a procedência dos*

dados apresentados na *Cartilha*. É um modo de garantir o controle intersubjetivo; possibilitar que outros chequem a origem e a veracidade dos dados apresentados.

Antes de “catar” os dados nas diversas fontes é necessário ter um guia que oriente a coleta. Antes de buscar é preciso saber o que se quer encontrar. Este é o papel do roteiro para o levantamento dos dados. O roteiro pode ser na forma de questionário. Vai-se às fontes em busca de respostas às questões.

É importante perceber que a *Cartilha* deve ressaltar tanto os vultos e as personalidades quanto as manifestações coletivas. Nela deve constar tanto as manifestações da cultura popular ou folclórica quanto da cultura letrada ou erudita.

A *Cartilha do Município* há de ser um manual utilizado nas escolas, nas agências de turismo etc. É nela que os leitores irão encontrar a síntese da história municipal e o inventário das “coisas da terra”. Será o catecismo das municipalidades, onde crianças, jovens e velhos aprenderão a amar e orgulhar-se do seu torrão natal. ■

*** Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe, e Professor de Teoria e Metodologia no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.**

E-mail: fjalves@infonet.com.br

SERGIPEMAIS MARÇO 2004

31